



POLÍTICAS DE DIVERSIDADE NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL DO BRASIL: institucionalização e desafios¹

Ana Carolina Rodrigues² ; Eliana Teresinha Quartiero³

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a problemática das relações entre educação e diferenças/diversidades, tem sido objeto de inúmeros debates, reflexões e pesquisas, no Brasil e em todo o continente latino-americano. As buscas de construção de uma escola numa perspectiva inclusiva – que atenda a estudantes com diferentes características, potencialidades e ritmos de aprendizagem – é um dos grandes desafios dos sistemas educacionais. Não basta oferecer aos alunos o acesso à escola, há a necessidade da formulação e implementação de políticas públicas, bem como pensar numa educação que não só reconheça as diferenças, mas que faça valer os princípios dos direitos humanos. Neste sentido, surgem propostas de implementação de políticas públicas que tratam da diversidade e inclusão no âmbito da educação, buscando alternativas para garantir os direitos das pessoas (com ou sem deficiência) em situação de vulnerabilidade social, e, também, assegurar o respeito à diversidade humana.

Barreto (2009) argumenta que a inclusão na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência de diferentes pessoas nesse espaço. Este processo implica uma reorganização do sistema educacional, seja da educação básica, seja do ensino superior, o que acarreta a revisão de antigas concepções e paradigmas educacionais na busca de se possibilitar o desenvolvimento cognitivo, cultural e social desses alunos, respeitando suas diferenças e atendendo às suas especificidades. Reis e Silva (2011, p. 10) destacam que um processo inclusivo requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que

¹ Contemplada com bolsa Programa de Iniciação Científica Júnior (PIBIC-EM) do CNPq

² Aluna do Instituto Federal Catarinense, Campus Videira. Curso Técnico em Eletroeletrônica Integrado ao Ensino Médio. E-mail: anacarolrodrigues@gmail.com

³ Professora orientadora do Instituto Federal Catarinense, Campus Videira. Curso Segurança do Trabalho. E-mail: eliana.quartiero@ifc.edu.br



FICE
11ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

01 E 02 DE SETEMBRO



todos sejam respeitados. Para pensar o espaço educacional livre das práticas discriminatórias e segregacionistas precisamos questionar as práticas fundadas no estudante único, passar a atuar a partir do múltiplo, ou seja, da diversidade. Ser diferente não significar mais ser o oposto do normal, mas apenas ser singular. Entende-se, então, que a inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular aquele que é considerado diferente.

Mendes (2002, p. 71) diz que é necessário a construção de uma proposta de educação inclusiva que seja racional, responsável e responsiva em todos os níveis, das instâncias de gerenciamento à sala de aula, levando em consideração os contextos nos quais se está inserido. Quando pensamos em Diversidade e Inclusão, necessariamente, precisamos pensar a escola e a educação básica como ferramentas de transformação.

A escola tem sido, historicamente, no Brasil, um ambiente de manutenção de preconceitos e acentuação de desigualdades. A partir dos anos 2000 houve uma série de propostas para mudar este cenário, inclusive com o paradigma da inclusão em oposição ao da integração, anteriormente vigente, e com políticas públicas voltadas às populações socialmente vulneráveis. A própria criação dos Institutos Federais é parte deste projeto que visa promover uma educação emancipadora, cidadã e de qualidade, para todas/os. A inclusão constitui-se como um campo que abarca não só as pessoas com deficiência, mas também todos os indivíduos que ora são marginalizados do processo em função da diversidade de etnia, gênero, questões sociais, culturais, entre outras.

Quando se colocam os princípios de uma educação que contemple a diversidade dos sujeitos, estamos falando do conjunto de pessoas, dos afro-brasileiros, dos indígenas, das mulheres, das pessoas em desvantagem social, bem como da diversidade sexual. Os documentos atuais sobre diversidade e inclusão produzidos pelos institutos federais de Educação no Brasil se constituem uma importante contribuição e se constituem como um pacto coletivo que envolve servidores, estudantes e membros da comunidade como um todo.

A partir da perspectiva inclusiva de educação nesta pesquisa buscamos compreender como a inclusão é pensada nos Institutos Federais da região sul do Brasil, segundo seus documentos oficiais, e nesse sentido identificar os movimentos



FICE
11ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

01 E 02 DE SETEMBRO



de inclusão destas instituições. Investigar como têm sido delineadas as políticas de diversidade nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da região sul do Brasil. Compreender como as políticas de Diversidade estão sendo propostas nos Intitutos Federais da região sul, mediante consulta aos documentos oficiais das instituições.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de abordagem qualitativa, que utilizou o método de coleta de dados documentais para posterior análise. Metodologicamente, a pesquisa se fundamentou nas ideias de enunciado e arquivo propostos por Michel Foucault em seu livro: A Arqueologia do Saber. O arquivo, por muito tempo foi entendido apenas como um agrupamento de textos, papéis, documentos sobre determinado conteúdo, como um instrumento que preserva a memória; guarda uma cultura e até mesmo mantém uma identidade. Partindo das formulações de Foucault (2012, 2010), se entende que o arquivo não é uma mera representação de uma realidade material ou institucional. Os documentos não se limitam a descrição de fatos ou normativas, mas são resultado de um processo de construção e disputa de poder, disputas que irão trazer o aparecimento ou apagamento de certas propostas.

A coleta de dados foi realizada de forma on-line, realizando uma busca dos documentos nos sites institucionais das instituições (IFC, IFSC, IFPR, IFRS, Ifsul, IFFar). Aqueles documentos oficiais que abordam suas políticas de diversidade e inclusão.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Através do levantamento realizado, verificou-se que os institutos da região sul têm realizado vários esforços no sentido de construir estratégias de inclusão e busca de equidade. Os Institutos federais do sul instituíram núcleos específicos em suas normativas, porém alguns campi ainda não possuem todos os núcleos instaurados, e alguns ainda se encontram em fase de implantação.

Os Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) tem uma constituição diferente, anterior aos outros núcleos inclusivos. Em 2000, quando institucionalizou-se uma política de inclusão de pessoas com



FICE
11ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

01 E 02 DE SETEMBRO



deficiência na Rede Federal de Educação Profissional, denominada Programa TEC NEP, uma de suas ações foi a orientação para criação de Núcleos de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) em toda a Rede. Desde então, o NAPNE vem sendo implementado em todas as unidades da rede sob as condições definidas em cada instituição, com um NAPNE em cada unidade dos Campi para realizar, principalmente, o Atendimento Educacional Especializado, previsto em Lei.

Todas as instituições pesquisadas regulamentaram ações afirmativas com núcleos institucionais em seus campi, todos possuem seus NAPNEs formalizados, como também Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI). Quanto ao núcleos que abordam Gênero e Sexualidade, estão presentes com diferentes nomenclaturas: O IFRS tem o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade (NEPGS), no IFSul se denomina Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGED), no IFFar temos o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual (NUGEDIS), e no IFC o Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade (NEGES).

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) se diferencia das demais instituições pois apresenta como núcleos o NAPNE, NEABI e Núcleo de Arte e Cultura (NAC), não instituiu um núcleo específico com a temática de gênero e sexualidade. Apesar de não ter formalizado um núcleo, o IFPR conta com o grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos Interdisciplinares de Gênero, Diversidade e Inclusão - NeGeDI/IFPR.

As instituições tem realizado oficinas, encontros, capacitações e formação continuada direcionadas a servidores, gestores e docentes, no sentido de implementar e acompanhar as políticas de ações afirmativas. Verificamos que se instituíram eventos como o Fórum das Ações Afirmativas das Instituições Federais da Região Sul, que em 2021 teve sua sexta edição. Percebe-se a importância do registro dos passos dados pelas instituições educacionais para implementar as políticas de ações afirmativas e sua divulgação para a comunidade, como o caso do IFRS que, desde 2015, tem produzido publicações sobre o tema da inclusão, tendo lançado, em 2020, a Revista Plural, totalmente dedicada às questões de diversidades, ações afirmativas e inclusivas na educação. Observamos iniciativas de levar a discussão para fora do ambiente escolar, através de blogs e páginas em redes sociais como o Facebook.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como resultado desta pesquisa verificou-se um esforço destas instituições em institucionalizar práticas de inclusão e acolhimento à diversidade humana com considerável número de iniciativas presentes na grande maioria de seus campi.

O levantamento realizado aponta para a necessidade de se realizar pesquisas sobre a implementação dos núcleos inclusivos e diversidade nestas instituições. Em pesquisa realizada em 2021, no IFRS, Robert Rodrigues e Leticia Ferreira verificaram que os núcleos NEABI e núcleos de temática de gênero e sexualidade surgiram como demanda institucional e ainda eram pouco conhecidos, encontram resistências a suas ações por parte de servidores e que muitos deles desacreditam da sua eficiência e boicotam as atividades. Este contexto sugere a necessidade de mecanismos para divulgar e dar visibilidade às políticas de diversidade como um caminho para sua implementação.

REFERÊNCIAS

BARRETO, C. S. G., & REIS, M. B. de F. Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade. Revista Polyphonia, 22(1), 2012.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

FOUCAULT, Michel. O A Priori Histórico e o Arquivo IN: A Arqueologia do Saber. 8ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012, p.154.

FOUCAULT, Michel. Resposta a uma questão. In: FOUCAULT, Michel. Repensar a política. (Col. Ditos e escritos, VI). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. (p. 1-24).

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.



FICE
11ª FEIRA DE INICIAÇÃO
CIENTÍFICA E EXTENSÃO

01 E 02 DE SETEMBRO



FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA. Resolução Nº 023/2016. Altera a redação, reorganiza os títulos e inclui o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual na Resolução CONSUP Nº 015/2014, que dispõem sobre as Ações Inclusivas da reitoria e dos campi do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Farroupilha. Santa Maria, 2016. Disponível em: <<http://sig.iffarroupilha.edu.br/servicos/converterArquivoPdf?idArquivo=17339>>. Acesso em: 7 Jul de 2021.

MENDES, Enicéia Gonçalves. Perspectivas para a construção da escola inclusiva no Brasil. In: PALHARES, Marina Silveira; MARINS, Simone. Escola inclusiva. São Carlos: EdUFSCar, 2002. p. 61-85.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. Educação inclusiva: limites e perspectivas. Goiânia: Deescubra, 2006.

RODRIGUES, Robert Reiziger de Melo, FERREIRA, Leticia Schneider. Os Núcleos de Estudos e Pesquisas em Gênero e Sexualidade do IFRS: história, desafios e possibilidades. Cadernos de Gênero e Tecnologia, Curitiba, v. 14, n. 44, p. 95-112, jul./dez. 2021